

Wolfgang Kahl (org.)
Nachhaltigkeit als Verbundbegriff,
Mohr Siebeck, Tübingen, 2008

1. A obra em referência é um trabalho de consulta indispensável para todos aqueles que se dedicam ao estudo do direito do ambiente em geral e à problemática da sustentabilidade em particular. Trata-se de uma obra colectiva que não deixa de reflectir o mundo plural da própria “*ambiance*” ambiental. Mas são os diversos saberes nela condensados que nos permitem ter acesso aos três pilares básicos do problema da sustentabilidade: a *sustentabilidade ecológica* (p. 425-535), a *sustentabilidade económica* (p. 535-620) e a *sustentabilidade social* (p. 620-669).

2. Seria, porém, redutor, insinuar que o trabalho consiste basicamente na análise dos pilares acabados de mencionar. Longe disso. Logo no capítulo 1^o os nossos horizontes ambientais ficam enriquecidos pelos desenvolvimentos dedicados à origem e contexto da sustentabilidade: delimitação conceitual numa perspectiva histórica, iluminação das relações entre sustentabilidade e ética, raízes da sustentabilidade no contexto do cristianismo e conexão da sustentabilidade com a ideia de bem comum.

3. No capítulo 2^o, a obra tenta oferecer-nos a problematização do enquadramento jurídico da sustentabilidade. Klaus Gärditz oferece uma cuidada análise da sustentabilidade no plano do direito internacional e Peter Häberle, no seu insuperável estilo, apresenta-nos o direito constitucional da União Europeia da sustentabilidade com base numa meticolosa construção erguida a partir de textos jurídicos.

4. O capítulo 3^o é dedicado a uma problemática raras vezes relacionada com a sustentabilidade. Basta, porém, um relance de olhos pelos contributos de Volker Ulrich, Eckhard Nagel, Michael Ebert e Wolfgang Kahl, para descobrirmos os laços escondidos da sustentabilidade com a mudança social. Mais concretamente, a sustentabilidade não pode continuar a ser analisada sem nos debruçarmos sobre os problemas demográficos da transformação da sociedade e da imigração e integração.

5. Pouco visível é também o processo de sustentabilidade no quadro das instituições jurídicas e políticas. Daí o grande interesse das abordagens de Wolfgang Kahl sobre a sustentabilidade e as instituições a partir de um prisma jurídico, de Martin Leschke, sob o ponto de vista da ciência económica, de Oliver Lepsius, centrado no Parlamento, e de Guido Schröder interessado nos aspectos da decisão política.

6. A sustentabilidade não se concebe, hoje, sem a análise da problemática do planeamento. É esse o objectivo de Konrad Goppel e Jörg Maier, dedicando desenvolvimentos interessantes ao ordenamento do território, e de Jens Kersten articulando sustentabilidade e planos urbanísticos (“*construção urbana*”).

7. Finalmente, o capítulo 6º é expressamente consagrado aos três pilares da sustentabilidade. Se dúvidas houvessem quanto à utilidade e operacionalidade de um conceito amplo de sustentabilidade, esta obra vem demonstrar três coisas. Em primeiro lugar, que a sustentabilidade ecológica exige o aprofundamento do estudo ambiental, da questão energética, da utilização ou usos do território, dos impostos e dos sistemas sancionatórios. Em segundo lugar, é impensável a discussão da sustentabilidade sem ter em conta o pilar da sustentabilidade económica, o que exige uma cuidadosa e informada análise da política de desenvolvimento, da economia de mercado, dos esquemas orçamentais e das estratégias empresariais. Por último, o terceiro pilar torna-se hoje vertebrador dos problemas sociais da sustentabilidade. O Estado Social e a segurança social passam por aqui.

Um livro a não perder. A sustentabilidade é também um problema de ignorância.

Coimbra, 10 de Novembro de 2009
José Joaquim Gomes Canotilho